

Gestão pesqueira e conservação ambiental: binômio inseparável

Em função de suas características ecológicas, o Pantanal e a Bacia do Alto Paraguai, abrigam grandes populações naturais de peixes, razão pela qual a pesca tornou-se uma importante atividade social, econômica e ambiental, realizada nas modalidades profissional artesanal, amadora e de subsistência. A gestão da pesca, por sua vez, deve ter por objetivo garantir a produção pesqueira ao longo do tempo, através de ações reguladoras, para o bem estar dos usuários. As ações reguladoras correspondem ao conjunto de normas que disciplinam a atividade. Em Mato Grosso do Sul, essas normas incluem a definição dos períodos de defeso, tamanhos de captura, petrechos de pesca, locais e cotas de captura.

Com base nas informações obtidas pelo Sistema de Controle da Pesca de Mato Grosso do Sul – SCPESCA/MS, observa-se que a captura da pesca amadora e da pesca profissional artesanal encontram-se estáveis em termos quantitativos e qualitativos nos últimos 10 anos na Bacia do Alto Paraguai. Em termos quantitativos, os pescadores amadores vêm atingindo a cota de 10 kg de pescado por pescador por viagem e o rendimento dos pescadores profissionais em kg de pescado por pescador por dia de pesca encontra-se estável. Em termos qualitativos, observam-se para ambas as categorias, que a maior proporção de espécies de peixes de grande e médio porte vem se mantendo constante nas capturas anuais. Esses fatos indicam que as normas de pesca estão contribuindo de forma efetiva para a manutenção das populações e para o uso sustentável dos recursos pesqueiros nas condições atuais dessa Bacia.

Contudo, um dos principais desafios da gestão pesqueira é equilibrar a distribuição de oportunidades e o acesso dos usuários aos recursos pesqueiros. Vale considerar que os vários tipos de usuários, como os pescadores profissionais artesanais e os pescadores amadores, apresentam diferentes perfis sócio-econômicos e objetivos de pesca. Mesmo entre os pescadores amadores, por exemplo, há diferença no perfil sócio-econômico e nas expectativas daqueles que adquirem os serviços de um barco hotel e daqueles que se hospedam num pequeno hotel pesqueiro. O não atendimento das expectativas dos pescadores, como, por exemplo, não poder levar o seu peixe para comer em família, poderia levá-los a optar por outros destinos de pesca, o que implicaria em perdas diretas para o setor turístico pesqueiro local e em prejuízos socioeconômicos para o Estado.

A conservação e disponibilidade dos recursos pesqueiros estão relacionadas às decisões que vêm sendo tomadas pela gestão pesqueira, mas também, dependem fortemente dos fatores externos e independentes da pesca que incidem sobre os recursos pesqueiros. Estes fatores podem ser naturais ou antrópicos (causados pelo homem). Os fatores naturais geralmente são cíclicos, propiciando períodos de maior ou menor abundância de peixes. Por exemplo, períodos de anos de grandes cheias condicionam maior rendimento da pesca, ocorrendo o oposto nos períodos de anos mais secos. Os fatores causados pelo homem estão relacionados ao uso e ocupação da Bacia e muitas vezes são irreversíveis. Eles podem interferir na qualidade, volume e tempo de escoamento da água e na estrutura e conexão dos diferentes ambientes aquáticos, dos quais os peixes necessitam para realizar o seu ciclo de vida. A construção de empreendimentos hidrelétricos é o principal fator causado pelo homem que interfere na conservação dos recursos pesqueiros. Os peixes de "piracema", que são as espécies mais visadas pela pesca, dependem da conexão entre as áreas de reprodução localizadas nas cabeceiras dos rios (no planalto) e as áreas de alimentação e crescimento localizadas nas planícies inundáveis como o Pantanal. Dependendo do local onde for construída, a barragem pode interromper as migrações, impedindo ou reduzindo drasticamente a reprodução dos peixes, levando à perda irreversível das populações dos peixes de piracema.

Até março de 2017, havia 47 empreendimentos hidrelétricos instalados na Bacia do Alto Paraguai, 11 em construção e 120 projetos previstos. Ciente desse fato, a Agência Nacional de Águas – ANA, responsável pela outorga desses empreendimentos nos rios federais, contratou estudos para avaliação dos impactos dos empreendimentos hidrelétricos sobre o ambiente e as atividades socioeconômicas

como a pesca da região. Este estudo é coordenado pela Embrapa Pantanal e realizado juntamente com instituições de pesquisa e universidades parceiras desde 2016 e deverá ser concluído em maio de 2020. Deverá subsidiar o “Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Rio Paraguai” (concluído em 2018), que tem por objetivo orientar as ações de conservação e uso das águas na bacia. Trata-se de um estudo abrangente, incluindo os temas Hidrologia, Qualidade de Água, Ictiofauna e Pesca, Socioeconomia e Produção de energia. Sobre os peixes e a pesca, o estudo inclui determinação das rotas migratórias e das áreas de desova, levantamento da diversidade e ocorrência de espécies endêmicas, produção pesqueira e estatística da pesca profissional artesanal, estudo de emprego, renda e arrecadação do setor turístico pesqueiro e da pesca artesanal, e segurança alimentar e renda indireta da pesca de subsistência e da pesca praticada pelo cidadão residente na Bacia. Estes estudos deverão apresentar um panorama completo e atual sobre a pesca praticada pelos diferentes setores na Bacia, que deverão contribuir com subsídios para o manejo da pesca.

Em vista do que foi exposto acima, destacamos que as normas de pesca não devem ser produzidas de forma circunstancial, desprovidas de bases técnicas e sim, devem ser instrumentos da gestão pesqueira, articuladas em um “Plano de manejo adaptativo e compartilhado para a pesca”. Na construção de um plano “compartilhado”, os gestores e os usuários definem em conjunto os rumos e objetivos da pesca. Devem ser considerados os conhecimentos científicos e empíricos disponíveis, os objetivos e as expectativas dos diferentes usuários. Essa forma de gestão concorre para o amadurecimento da sociedade, pois os usuários da pesca tornam-se, de fato, co-responsáveis pelo uso e conservação dos recursos pesqueiros e prontos para colaborar no cumprimento das normas criadas a partir do entendimento levado a cabo por eles mesmos. Em seu aspecto “adaptativo”, o Plano deve considerar as particularidades das sub-bacias, as variações naturais do ambiente que ocorrem ao longo do tempo e a incorporação dos novos conhecimentos que são produzidos para subsidiar novas e mais embasadas decisões. Na pesca continental, a gestão pesqueira deve ser efetuada em nível de bacia hidrográfica, pois as populações de peixes, os fatores naturais e os impactos ambientais estão circunscritos às bacias hidrográficas onde ocorrem. Assim, em Mato Grosso do Sul, a gestão pesqueira deveria ser independente para as Bacias do Paraná e do Alto Paraguai.

Para finalizar, consideramos que a sobrevivência em longo prazo da pesca depende não só da conservação dos recursos pesqueiros, mas também do fortalecimento das relações de parceria e cooperação entre gestores e os diferentes usuários dos recursos pesqueiros. Urge que todos estejam cientes que as alterações ambientais em curso constituem, mais do que ameaças, em fatos concretos que podem comprometer a conservação dos ambientes aquáticos e, por conseguinte, dos organismos que nele habitam e das atividades que deles dependem. Portanto, gestores e usuários devem se unir em prol de objetivos maiores e comuns, para a construção de um plano de manejo da pesca. Os vários usuários podem atuar em diferentes esferas para que nas políticas públicas (municipais, estaduais e nacionais) sejam feitas escolhas por modelos de desenvolvimento e de ocupação e uso do solo compatíveis com a conservação da qualidade das águas, dos processos ecológicos e, conseqüentemente, com a conservação dos recursos pesqueiros.

Corumbá, 4 de junho de 2019

Agostinho Carlos Catella
Pesquisador da Embrapa Pantanal

Resumo da Palestra apresentada no I Simpósio de Pesca do Pantanal realizado em 07 de junho de 2019 pela Fundação do Meio Ambiente do Pantanal, Prefeitura Municipal de Corumbá, MS, a bordo do barco hotel Kayamã.